

INTRODUÇÃO

Ricardo Campos

José Alberto Vasconcelos Simões

Juliana Rodrigues

Esta obra surge no decurso de um seminário organizado pelo CICS.NOVA, que teve lugar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em 2022, tendo por título *Ativismos digitais em diálogo*, e que contou com a participação da maioria dos autores que contribuíram para o presente volume. O seminário demonstrou que esta é uma temática não apenas importante, mas que diríamos mesmo incontornável, quando refletimos sobre o campo político, quer no seu sentido mais institucional e formal, quer num sentido mais lato e/ou informal. A ubiquidade das tecnologias digitais e da Internet assim o determina. Escusado será desenvolver demasiado esta questão, uma vez que se tornou senso comum. Atualmente, principalmente nos países mais ricos e desenvolvidos, as tecnologias digitais, nos seus mais diversos formatos, estão ao alcance da grande maioria dos cidadãos. Como tal, a Internet é hoje um recurso razoavelmente acessível e económico, convertendo-se numa ferramenta fundamental para o ócio, o trabalho, a educação, as sociabilidades e afetos, mas também para a ação política.

Existe já uma vasta literatura que se dedica a detalhar os múltiplos impactos da Internet e dos aparelhos digitais nas nossas vidas, que oscilam entre as visões mais otimistas e românticas e as mais pessimistas e catastróficas. Entre estes dois polos há, certamente, muitas outras perspetivas. A sensibilidade dos autores e pesquisadores informa decididamente a forma como entendem os benefícios e prejuízos da tecnologia, sendo que esta avaliação não deixa de comportar juízos de valor e uma dimensão normativa que importa salientar. Tal é particularmente evidente quando estão envolvidas questões que apelam a dimensões de ordem ideológica, moral e cívica, como é o caso do campo político.

O tópico da Internet aplicada ao campo político pode ser, desde logo, organizado em duas grandes áreas que decorrem, igualmente, de uma distinção frequentemente empregada para segmentar a esfera da política. Por um lado, a Internet pode ser pensada a partir da sua utilização ao serviço da política institucional, remetendo para o seu emprego na comunicação e propaganda partidária e governamental, por exemplo. Por outro lado, encontramos uma área mais abrangente e difusa, que remete para a forma

como os cidadãos, individualmente ou em grupo, empregam a Internet com propósitos políticos. Este livro trata precisamente deste segundo vetor, procurando debater, a partir de diferentes perspetivas e realidades empíricas, a forma como a Internet se entrelaça com a participação política, a cidadania e o ativismo, na contemporaneidade. Tal entrelaçamento não possui um carácter neutro, constitui-se como um reflexo da constante relação dialética entre tecnologia e sociedade, o que inclui o exercício do direito de expressão e as práticas de contestação.

Este é um tema que tem vindo a adquirir crescente visibilidade na academia. Algumas razões podem ser apontadas para justificar essa tendência. Em primeiro lugar, e como não poderia deixar de ser, está o facto de vivermos numa realidade altamente mediada pela tecnologia e crescentemente digitalizada, sendo a permanente conexão à Internet algo que se incrustou no quotidiano. Daí que esta seja hoje uma questão central e inescapável. Em segundo lugar, este tema surge num contexto em que se avaliam os sistemas democráticos e se apontam diversas falhas e fragilidades que parecem comprometer a vinculação dos cidadãos ao regime democrático existente e à política institucional. A ideia de que o sistema está em crise é permanente invocada como corolário de um processo de gradual descrédito dos partidos políticos e desgaste das instituições, que conduziria a um maior afastamento da política por parte dos cidadãos (Dahlgren, 2013; Gagnon, 2017). A menor vinculação a partidos políticos tradicionais e o aumento das taxas de abstenção eleitoral, a que se soma o crescimento de partidos que se situam no extremo do espectro político e de movimentos com carácter antissistema, reforçam este sentimento. No entanto, em contraponto a esta visão, muitos defendem que o campo extrainstitucional é particularmente rico no que diz respeito à construção da política e da vivência democrática (Pickard, 2019; Pitti, 2018). Como tal, olhar para a política e para a democracia e aferir o seu estado implica ter sempre em consideração as duas dimensões. É precisamente neste campo extrainstitucional que o digital assume um protagonismo específico. A Internet e as tecnologias digitais emergem como um novo «ator», com capacidade para criar novas gramáticas de ação no campo da intervenção cívica e da participação política (Dahlgren, 2007, 2013; Simões & Campos, 2020; Soep, 2014).

Apesar de fazermos uma distinção entre política institucional e não institucional, dualidade que, na verdade, é mantida por grande parte da literatura académica (Pitti, 2018; van Deth, 2014), entendemos que ela não é absoluta, nem linear. Trata-se de campos de ação política com fronteiras difusas e permeáveis. Por um lado, existem muitas situações

concretas em que estes campos convergem e se sobrepõem. Por exemplo, embora a abstenção eleitoral permaneça elevada (ainda que com flutuações), importa notar que nos últimos anos se verificou uma ligeira diminuição, perceptível tanto nas eleições para os parlamentos nacionais como também para o Parlamento Europeu (Schäfer, 2021), com variações significativas por país. Uma das explicações possíveis para esta diminuição aponta, precisamente, para o crescimento eleitoral da «direita populista» na Europa (Schulte-Closs & Leininger, 2022), em boa medida tributário de alguns movimentos extrainstitucionais e antissistema. Por outro lado, distintos atores individuais e coletivos estabelecem, frequentemente, vínculos mais ou menos evidentes entre os dois campos. De acrescentar, igualmente, que os repertórios de ação tradicionalmente atribuídos a estes dois campos se revelam, também eles, cada vez mais imprecisos, mutáveis e híbridos. No caso do digital, esta questão é especialmente premente, na medida em que este permite um horizonte amplo de ação, que vai do uso institucional à ação disruptiva de guerrilha informática (Van Laer & Van Aelst, 2010). O facto de possibilitar uma ação personalizada através da qual se podem articular diferentes domínios (*online* e *offline*), tipos de *media* (tradicionais e digitais) e esferas de atividade (lazer, profissionais, etc.), transforma-o num campo de intervenção híbrido, rompendo fronteiras tradicionais da ação política (Chadwick, 2017; Treré, 2019). Neste sentido, qualquer membro de um partido político, de um órgão público ou de um governo pode facilmente intervir, de forma não-oficial, no espaço público digital, em *weblogs*, fóruns, *sites* de redes sociais, etc., desenvolvendo iniciativas que geralmente têm sido classificadas como de natureza não institucional ou não convencional, mas que surgem igualmente ao serviço da política institucional por meio de modos personalizados de comunicação e *marketing* político (Enli & Skogerbø, 2013; Paatelainen et al., 2022).

Apesar das reticências colocadas a uma abordagem estritamente dicotómica do campo de ação política, convém frisar que este livro trata, basicamente, do uso das tecnologias e redes digitais no campo não institucional. Este é um campo vasto que admite, claramente, uma sobreposição de diferentes esferas (afetiva, gregária, lúdica, política, etc.) da vida social e pessoal, da mesma forma que tem como características centrais a sua não regulação — ainda que as próprias plataformas digitais obedeçam a uma lógica comercial, de natureza capitalista, que condiciona a atividade desenvolvida (Srnicek, 2017) —, a imprevisibilidade e a rápida mutação. Daí a importância que o digital assume neste âmbito, uma vez que é integrado e adaptado de forma mais espontânea e em função de objetivos e circunstâncias concretos.

O papel desempenhado pela Internet no campo daquilo que podemos intitular de política não institucional ou não convencional é múltiplo e complexo. A multiplicidade e a complexidade relacionam-se, por um lado, com as especificidades da Internet e das tecnologias digitais, que oferecem um conjunto vasto de possibilidades de comunicação, produção e partilha de conteúdos; e, por outro, com a abrangência dos horizontes de ação que se enquadram neste campo de intervenção política. Assim, a partir da Internet podem ser usadas diversas plataformas operativamente distintas e com funcionalidades específicas, como sejam os *weblogs*, *wikis*, Youtube, Facebook, Instagram, TikTok. Cada uma destas plataformas, se usada a partir de distintos dispositivos (computador, *smartphone*, *smartwatch*, etc.) ou em articulação com eles, oferece uma gama de possibilidades para os cidadãos intervirem na esfera pública. Por seu lado, os propósitos e as modalidades de intervenção na esfera pública, quer passem pela divulgação de informação, pela mobilização, pela criação de redes, ou ainda por outros meios, apelam a diferentes usos destes recursos.

Podemos, no entanto, afirmar que o principal benefício dos recursos digitais diz respeito à sua capacidade para tornar a comunicação muito mais eficaz a distintos níveis, reduzindo custos e aumentando o impacto e o nível de disseminação da informação. A ampliação do alcance da comunicação contribui para a superação dos limites geográficos e de público. Dessa forma, os atores podem estar em constante interação, troca e disseminação de mensagens a partir de qualquer lugar do mundo e a qualquer momento. Como tal, a existência da Internet introduz mudanças na esfera de ação individual e coletiva, forçando à alteração e adaptação de práticas, mas também permitindo o surgimento de novas fórmulas de ação, como sejam os ciberataques e o *hacking*, entre outras. Neste último caso, estaríamos a considerar o digital não apenas como um recurso ou uma ferramenta usada em diferentes práticas que tomam as plataformas comerciais habituais como suporte, mas também como uma arena de intervenção e protesto, que cria formas de ação disruptivas, gerando modos alternativos — e muitas vezes ilegais — de intervir (Postill, 2014; Van Laer & Van Aelst, 2010). É frequente, neste caso, estas práticas encontrarem-se associadas a uma contestação de natureza política e cívica que toma como alvo as próprias ferramentas digitais usadas para intervir (Barassi, 2015). O digital seria, nestas circunstâncias, não apenas um veículo de expressão e intervenção, mas igualmente uma causa, que habitualmente encontramos associada ao movimento pelo *software* livre, por exemplo (Simões & Campos, 2020).

Este aspeto remete-nos para uma discussão mais ampla em torno dos atributos das plataformas digitais enquanto contextos de participação. Como tem sido notado, longe de serem ferramentas neutras, as plataformas digitais moldam as formas que a participação e o protesto podem assumir (Neumeyer et al., 2018), não podendo, por isso, o seu impacto ser encarado de forma inequivocamente positiva ou negativa. Com efeito, as contradições das tecnologias digitais têm sido notadas, sobretudo a propósito das redes sociais, dado que tanto se afiguram como ferramentas de emancipação, diversidade, empoderamento, desafio a hierarquias sociais e forma de dar voz a indivíduos e grupos, como se apresentam no extremo oposto, como forma de controlar, homogeneizar, retirar poder, reproduzir hierarquias ou silenciar os cidadãos (Neumeyer et al., 2018). Estas contradições, e os discursos polarizados que geram, devem ser confrontados com o exame crítico da realidade em questão, observando os contextos e modos concretos de utilização de diferentes ferramentas para fins diversos. Seja como for, as visões mais críticas que apontam a vigilância gerada pelo capitalismo digital (Zuboff, 2019) ou as consequências da «plataformização» da economia (Srnicek, 2017), com impacto numa panóplia de atividades quotidianas (incluindo o uso de ferramentas digitais para fins de protesto), parecem-nos inevitáveis para um entendimento amplo e complexo do problema.

Os usos ativistas das várias ferramentas digitais encontram-se, deste modo, envoltos nos atributos tecnológicos destas (estrutura, *design*, etc.), mas também no modelo económico que preside à sua organização, com impactos sociais que se estendem para além da esfera estritamente tecnológica. Desta relação decorrem inevitavelmente tensões entre, de um lado, as condicionantes «materiais» inerentes à tecnologia e, do outro, o que seria a liberdade dos diferentes atores para as utilizarem em prol de determinados causas e interesses de contestação (Neumeyer et al., 2018).

Os três conceitos centrais que dão origem ao título deste livro estão interligados; porém, apresentam horizontes conceptuais relativamente distintos, relacionados com tradições disciplinares diversas. Encontra-se fora do âmbito desta introdução fazer uma revisão destes termos; contudo, propomos uma breve digressão em seu torno, tendo em conta um denominador comum ao foco adotado neste livro: o da tecnologia e, mais concretamente, do digital. Neste sentido, a principal consequência do uso dos meios digitais para entender os fenómenos e as práticas que configuram o que designamos por «participação», «ativismo» ou «cidadania», resulta na possibilidade de considerar práticas de natureza informal ou não institucional e de as expressar em contextos mediados tecnologicamente através plataformas e suportes de natureza digital. As

consequências desta mediação têm repercussões do ponto de vista da organização da atividade política e na forma de conceber a intervenção dos cidadãos na esfera pública. Logo, do mesmo modo que a esfera política — tal como a consideramos aqui — não se restringe à política institucional, também a participação não se limita a ocasiões de participação eleitoral, ou enquadradas por instituições políticas tradicionais.

Este facto afasta-nos de uma definição formalista de cidadania (Cabral, 1997), na medida em que não nos restringimos aos canais institucionais para conceber a intervenção dos cidadãos. Deste modo, concebemos a cidadania como forma de os cidadãos agirem ativamente no espaço público, criando as suas próprias circunstâncias e modos de intervenção política e cívica (Sarrouy et al., 2022). Daqui decorre uma conceção de sujeito político que não se apresenta apenas como um recetor de direitos existentes, mas como agente ativo que reivindica direitos que podem muito simplesmente não ter sido previamente concebidos ou reconhecidos como tal (Isin & Ruppert, 2015). Neste sentido, esta perspetiva afasta-se das definições que concebem a cidadania preferencialmente como *estatuto* (associada a um conjunto de direitos e deveres), para se situar mais próxima de uma definição que entende a cidadania tendencialmente como *prática*, correspondendo a diferentes formas de envolvimento (cívico, político, cultural, etc.) e que pode ser apreciada de forma distinta em várias esferas de atuação ou expressão (*e.g.*, cultural, artística, cívica). A este propósito é relevante recordar a proposta de Isin (2008) sobre «atos de cidadania», que mais do que considerar a cidadania como resultante de um conjunto de práticas preestabelecidas, acentua a forma como o sujeito político se constitui como cidadão através de diferentes atos, que se podem afirmar para lá da ordem predefinida. Desta forma, a cidadania poderá definir-se como um conjunto de práticas de reivindicação desencadeadas pelos sujeitos através de distintas escalas e em diferentes lugares (Isin, 2008, p. 16), podendo estes ser novos ou imprevistos. Tal facto implica considerar também a cidadania como um processo, envolvendo uma dinâmica de negociação e transformação social, em torno de identidades, direitos e deveres que não se encontram definidos de forma rígida e estática. De que forma estes novos lugares e escalas produzem novos atores que encenam subjetividades políticas através das quais se transformam em cidadãos, expressando direitos? (Isin, 2009, p. 368). Esta é uma questão relevante que nos remete para novos contextos de definição da cidadania, como as redes e os meios digitais, e que permitem considerar novos atos de cidadania (desde *posts* numa rede social até protestos *online*), para os quais necessitamos de novas interpretações.

A participação política e cívica através de meios digitais englobaria, neste sentido, toda uma panóplia de práticas mediadas por meios digitais e que apresentam graus variáveis de complexidade, do simples *post* numa rede social ao boicote de um *site* de uma instituição. Se essas práticas são avulsas ou continuadas, individuais ou coletivamente organizadas, genéricas ou orientadas para alvos precisos, de execução tecnicamente simples, ou se exigem elevada especialização, tudo depende dos propósitos e circunstâncias que envolvem a sua concretização. Seja como for, na conceção que aqui professamos, interessa-nos considerar todos estes modos de participação como elementos fundamentais para entendermos a participação digital. Assim, ainda que alguém fazer um *post* pessoal no Facebook em defesa de uma causa ambiental não seja o mesmo do que um grupo ativista *hackear* a página oficial de uma empresa de combustíveis fósseis, a verdade é que estas diferentes expressões fazem parte de um mesmo horizonte de modos de participação que tomam os meios digitais como intermediários (Milan, 2015; Postill, 2014). Se essa participação digital pode ser concebida como uma expressão de ativismo, parece-nos ser uma questão que remete mais para o nível de envolvimento dos participantes, os objetivos que presidem às suas ações e a sua própria autodefinição, ou não, enquanto ativistas, do que para a natureza das práticas consideradas. De qualquer modo, para além do envolvimento de natureza mais individualizada, o ativismo tende a ser pensado igualmente como expressão coletiva, associada a movimentos sociais diversos, que se organizam em torno de ação conjunta com determinados fins em mente. Obviamente, estas duas dimensões não são incompatíveis, mas remetem para enquadramentos distintos de ações em torno de interesses semelhantes. Em ambos os casos, porém, os meios digitais vieram alargar o campo de possibilidades para o ativismo, tornando a própria relação entre as dimensões individual e coletiva da participação mais fluida e problemática (Bennett, 2012; Bennett & Segerberg, 2012).

Podemos tecer as mesmas considerações a respeito do que designamos por «ativismo digital». Uma aceção aponta, num sentido mais específico, para o uso de meios digitais enquanto causa, como, por exemplo, a reivindicação pelo respeito da privacidade *online* e a recolha transparente de dados pessoais, ou a defesa da utilização de *software* livre como combate ao monopólio das grandes empresas informáticas; o que se encontra associado, como referimos acima, à própria utilização destes meios (em particular da Internet) como terrenos de intervenção (Van Laer & Van Aelst, 2010). Torna-se, deste modo, evidente que o terreno digital constitui uma arena vasta e diversificada, que inclui tanto a utilização de plataformas comerciais habituais usadas para fins de protesto —

mesmo que não tenham sido concebidas originalmente para esse fim — como a criação de circuitos e modos de intervenção de índole mais alternativa e especializada, como resposta a reivindicações de natureza distinta.

A discussão acerca do ativismo digital na academia é ampla, podendo comportar diferentes entendimentos, devido à abrangência do fenómeno. Deste modo, o termo tende a ser utilizado como um guarda-chuva que recobre práticas de natureza distinta. Tal carácter, por vezes genérico, leva à possibilidade de conceptualização do ativismo digital como um objeto discursivo instável, o que enfatiza, assim, o seu grau de adaptabilidade às constantes transformações que são intrínsecas ao espaço virtual (Balan e Dumitrica, 2022). A exploração destas características tem sido feita por diversos autores na academia, dentre eles Castells, que ergue a discussão sobre as potencialidades dessas formas de mobilização que podem, ou não, estar ao serviço da justiça social (Castells, 2012; Ozkula, 2021).

Do ponto de vista semântico, é relevante observar que o termo ativismo digital é oriundo de dois elementos que já possuem, cada um deles, grande complexidade conceptual própria: «digital» e «ativismo» (Ozkula, 2021). Tais características, ao mesmo tempo em que tornam mais difícil atingir uma definição rígida e consensual, também são responsáveis pela elasticidade conceptual já mencionada. Alguns autores, enfatizando o elemento digital enquanto um espaço de intervenção, propõem uma abordagem do ativismo digital como um movimento que se desenvolve e floresce dentro das novas esferas públicas digitais, tendo as plataformas um papel de moldagem das formas de participação cívica (boyd, 2014; Gillespie, 2018; Tufekci, 2017). Por outro lado, autores que colocam maior ênfase no elemento do ativismo destacam o papel das novas e antigas práticas ativistas, articulando conceitos como cultura participativa, mobilização e conectividade (Earl & Kimport, 2009; Jenkins, Ford & Green, 2013). Naturalmente, esta diferenciação entre teorias que enfatizam um ou outro elemento do fenómeno do ativismo digital não as toma como sendo excludentes, sendo aqui mobilizada para demonstrar a complexidade que o conceito pode assumir.

Uma outra questão que merece ser salientada, e que também se encontra expressa neste livro, é a da particular relevância da Internet para indivíduos e grupos com determinado perfil, nomeadamente com pouco protagonismo na esfera pública e/ou numa posição minoritária, subalterna ou periférica do ponto de vista socio-estrutural e/ou comunicacional. Este princípio aplica-se, por exemplo, a grupos que, de alguma forma, ocupam posições historicamente subalternas ou periféricas na sociedade, com menor

capacidade de intervenção na esfera pública. Neste sentido, a expansão da Internet equivale a uma maior democratização da comunicação pública, deixando esta de estar dependente unicamente de um conjunto de agentes mediáticos com uma agenda particular. O modelo de comunicação da Internet favorece a multiplicação das vozes e dos circuitos de comunicação, abrindo espaço a que vozes tendencialmente marginalizadas possam conquistar o espaço público. Esta exposição tem um duplo benefício. Por um lado, contribui para a emergência de novas agendas públicas que contrastam com as narrativas oficiais e dominantes, mais presentes nos *media mainstream*; por outro, permite criar redes e construir um sentido gregário, reforçando identidades coletivas (Campos & Silva, 2024; Zimmerman, 2016). Todavia, a Internet também tem sido relevante para dar destaque a movimentos ideológicos mais marginais e ostracizados, nomeadamente de extrema-direita, como tem sido evidenciado por pesquisas desenvolvidas ao longo da última década (Ekman, 2014; Freelon et al., 2020). Consequentemente, a Internet tanto pode ser empregada para a prossecução de causas emancipadoras, democráticas e progressistas, como para o seu oposto.

Apesar de não ser um exclusivo dos mais jovens, o ativismo digital também parece estar mais associado a este grupo etário (Banaji & Buckingham, 2013; Cho et al., 2020). Tal decorre do facto de aqueles serem usualmente mais proficientes do ponto de vista do uso da tecnologia, tendendo a utilizar de forma mais assídua e regular a Internet para fins não associados a atividades de obrigação. Acresce um segundo conjunto de razões que se relacionam com a sua implicação no campo da política que, como demonstra a literatura, revelam maior dinamismo, criatividade e empenho na política não convencional, em detrimento da política formal (Loader, 2007; Loader et al., 2014; Pickard, 2019), distanciando-se dos discursos e das práticas de cariz normativo e institucional que refletem a visão adulta. Neste âmbito, a Internet e os dispositivos digitais revelam-se recursos fundamentais, na medida em que permitem aos jovens expressar as suas próprias concepções de participação política e cívica (Collin, 2015).

Este facto relaciona-se com um conjunto mais vasto de mudanças ao nível da participação política, que têm sido salientadas pelas pesquisas da última década e meia (Dahlgren, 2013) e que, embora sejam mais salientes no caso dos jovens, parecem evidenciar alterações estruturais na forma como os cidadãos se relacionam com a política. Assistimos, cada vez mais, ao surgimento e ao aumento do protagonismo de fenómenos de participação não institucional, de natureza mais orgânica, fluida e horizontal, que emergem em resposta direta a problemas concretos (Banaji & Buckingham, 2013;

Dahlgren, 2013). Esta situação está relacionada com uma maior individualização e fragmentação da ação política, que desponta em contextos à margem da ação coletiva organizada ou das instituições responsáveis pela política institucional, sendo, muitas vezes, caracterizadas por formas de participação efémera. Estas tendências revelam, ainda, uma crescente sobreposição entre as esferas do público e do privado, cruzando os campos da política, do lazer e do entretenimento, dificultando, por isso, a definição de limites conceptuais do que pode ser entendido como participação (Theocharis & van Deth, 2018). Neste contexto, a Internet demonstra ser um instrumento de enorme potencial, reforçando as tendências apontadas e dando origem a novos repertórios de ação e a práticas de índole híbrida, sobrepondo os mundos *online* e *offline* (Penney & Dadas, 2014; Treré, 2019).

A importância destas tecnologias não impede que os atores procedam a uma avaliação mais crítica de alguns aspetos que foram por nós salientados. De facto, no caso particular do ativismo, a pesquisa tem revelado que os indivíduos são reflexivos, avaliando em permanência os prós e contras do uso destas tecnologias num ecossistema mediático digital onde operam diferentes atores com distintas posições e interesses (Campos, et al., 2018; Malafaia & Meriluoto, 2022; Simões & Campos, 2020). Deste modo, o uso pragmático da tecnologia, que traz óbvias vantagens operacionais em diferentes campos de intervenção, resulta igualmente num conjunto de potenciais problemas e fragilidades para a ação.

Esta obra aborda todas estas questões a partir do olhar de diferentes pesquisadores que se debruçam sobre casos empíricos, situados nos contextos português e brasileiro. Neste sentido, consideramos que contribui para um campo de pesquisa em expansão e, principalmente no caso português, razoavelmente embrionário. Não podendo ser exaustivos, diríamos que a literatura sobre a matéria, articulando o ativismo e/ou a participação política não convencional com meios digitais, é relativamente escassa no caso português, estando especialmente concentrada no caso dos mais jovens (Campos & Silva, 2024; Campos & Simões, 2024; Campos et al., 2018; Simões & Campos, 2016; Soares et al., 2021) e, mais recentemente, nas temáticas do género e feminismo (Cardoso & Ponte, 2017; Lamartine & Cerqueira, 2022; Magalhães et al., 2018).

No caso brasileiro, a utilização dos meios digitais na participação política e cívica acompanha as transformações do próprio campo político que criam condições favoráveis para a expressão e o confronto de vários protagonistas (Oliveira, 2021), tanto na esfera não institucional — com várias expressões: das «jornadas de 2013» (Mendes, 2017;

Purdy, 2019; Recuero et al., 2015) aos protestos «antipetistas», marcados por contestações em torno da alegada corrupção política que conduziu, entre outros efeitos, ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (Alonso, 2017) — como na esfera institucional, com o aproveitamento político das redes sociais por candidatos eleitorais, sendo o caso de Jair Bolsonaro o mais evidente (Nubila et al., 2023; Santos et al., 2020), incluindo também iniciativas de divulgação de informação e promoção da discussão coletiva e ativismo com apoio institucional, tanto público como privado (Luvizotto, 2016).

Esta obra coletiva, por um lado, reflete o panorama genérico anteriormente mencionado, dando corpo a reflexões e pesquisas em torno da juventude, do gênero ou da etnia, enquadrando-se no âmbito das pesquisas que se debruçam sobre o papel que os meios digitais desempenham para uma maior visibilização e participação de grupos e comunidades com posições periféricas ou subalternas. Por outro lado, procurámos trazer uma articulação de temas e debates que, do ponto de vista da literatura especializada sobre a matéria, permita novos enquadramentos a partir das multifacetadas dimensões e abordagens do ativismo e da cidadania digitais, abarcando tanto as suas potencialidades como as suas limitações. As discussões conceptuais e teóricas desenvolvidas permitem aprofundar e problematizar este campo de pesquisa complexo.

Dando início ao percurso da discussão sobre as diferentes possibilidades e variações do ativismo digital, o primeiro capítulo, da autoria de Vania Baldi e intitulado «Poderes e contrapoderes computacionais: Entre a algocracia e o algoativismo», explora a complexa interseção entre a inteligência artificial e a dinâmica política contemporânea. Diante do papel central da digitalização na vida cívica, o autor destaca como a tecnologia redefine as formas de participação política e remodela as estruturas fundamentais do poder. Ultrapassando uma visão meramente utilitarista, discute o digital enquanto causa de formas específicas de organização cívica. Ao mesmo tempo que testemunha a «plataformização» da existência — mediada por lógicas algorítmicas que criam e perpetuam predisposições ideológicas com base nas interações do usuário —, evidencia o surgimento de movimentos que resistem a essa determinação. Esta contraposição manifesta-se pela subversiva apropriação das ferramentas intrínsecas às megaplataformas digitais, reorientando-as para propósitos contestatários. A reflexão sobre o ativismo algorítmico promovida por este primeiro capítulo pavimenta, desta forma, o caminho para as discussões seguintes, nas quais temas como participação política, cidadania, juventude e movimentos sociais entram em foco.

No capítulo subsequente, intitulado «Como medir a cidadania digital dos jovens? Uma análise crítica da operacionalização do conceito em questionários europeus», José Alberto Simões e Susana Batista aprofundam a discussão sobre cidadania nos meios digitais, destacando a sua expressão entre a juventude. A partir do reconhecimento da elevada importância do debate acerca da mensuração da participação política dos jovens, os autores dirigem um olhar crítico às questões metodológicas que emergem das tentativas de operacionalização do conceito de cidadania digital. Refletindo a própria natureza do ativismo digital, as práticas de cidadania digital são diversas e mutáveis, situando-se, por vezes, na interseção entre a vida privada e cívica. Mediante uma análise alicerçada num estudo de caso, envolvendo a construção de questionários para avaliação da participação dos jovens no contexto europeu, ressaltam a relevância de uma construção metódica dos instrumentos para estudar este fenómeno multifacetado, tendo por base uma fundamentação teórica bem construída e adaptada à informação empírica que se pretende captar, para dar resposta às dimensões e indicadores escolhidos para operacionalizar o conceito.

A ação dos meios digitais é retomada sob outra lente no capítulo seguinte, que aborda, igualmente, a questão da participação política. Intitulado «O lugar das comunidades de suporte no ativismo digital: Um estudo de caso sobre jovens ativistas em Portugal», de Daniela Silva e Ricardo Campos, propõe uma discussão sobre a dimensão emocional e afetiva presente nas comunidades virtuais. Os autores investigam o papel das plataformas digitais como facilitadoras e propulsoras da mobilização coletiva entre os jovens, configurando-se como espaços nos quais as sociabilidades e afetividades encontram lugar e desempenham uma função catalisadora para formas de empoderamento individual e coletivo. Ao abordar a importância das conexões afetivas e da formação de redes virtuais de apoio, o texto introduz dimensões cruciais do ativismo digital, como a democratização do acesso à participação política, a contestação de barreiras estruturais que historicamente marginalizaram certos segmentos e a potencialização de uma noção de um «nós» compartilhado. Tais temas voltarão a ser abordados e aprofundados nos capítulos subsequentes.

Enriquecendo a discussão acerca das tensões entre indivíduo e o grupo, o capítulo de Rodrigo Cruz, «“As pessoas LGBTQIA+ não se resumem a movimentos”: Internet, direitas e o “Eu” da ação coletiva nos ambientes digitais», explora o papel do «Eu» e a utilização do individualismo em prol da ação coletiva. Empregando uma perspetiva ainda sub-representada na literatura, o autor dedica-se a explorar as dinâmicas presentes no

ativismo LGBTQIA+ à direita no contexto brasileiro, destacando as experiências de engajamento entendidas como «efémeras» e a crítica ao «coletivismo» presente nesse movimento. Desafiando a concepção preestabelecida de que o ativismo digital se alinha exclusivamente a posturas progressistas e democráticas, o autor lança luz sobre as complexas articulações desse segmento conservador que, paradoxalmente, se faz valer de preceitos do individualismo para contestar práticas e discursos mais à esquerda do espectro político. Com isso, evidencia a vasta diversidade do ativismo digital, não apenas em termos de práticas, mas também em molduras discursivas, trazendo à tona uma faceta ainda pouco discutida do ativismo LGBTQIA+ no ambiente digital. A discussão sobre ativismo digital e questões de género aqui iniciada será abordada nos dois capítulos que se seguem.

Seguindo o fio condutor do debate sobre o individualismo presente no ativismo digital e as questões de género no contexto brasileiro, o quinto capítulo, por Juliana Rodrigues, intitula-se «O pessoal, o político e o digital: Contribuições do feminismo cotidiano para o feminismo digital». A autora investiga a forma como *youtubers* brasileiras incorporam práticas quotidianas nos seus conteúdos, enfocando a análise de género como uma ferramenta interpretativa. Estas práticas, quando veiculadas no espaço digital, não só alcançam uma ampla audiência, como também incentivam outras mulheres a refletir sobre as estruturas patriarcais nas suas rotinas. Dessa forma, o espaço virtual assume uma função dual, evidenciando duas funções do digital que são centrais para o conceito de ativismo digital: a de uma arena pública permeada por práticas de contestação e a de uma ferramenta para a disseminação de perspetivas ideológicas. A convergência do individual com o coletivo, bem como do pessoal com o político, é retratada como um elemento essencial do ativismo feminista contemporâneo.

No sexto capítulo, «“#MeToo, és tu?”: Incertezas ativistas ontológicas por entre tensões e remobilizações portuguesas contra a violência de género no Twitter», Daniel Cardoso, Ana Sofia Pereira, Carla Delgado, Carla Cerqueira e Célia Taborda apontam uma lente complementar ao debate acerca dos feminismos e do ativismo digital. O texto dissecar o movimento #MeToo no contexto português, explorando a sua natureza paradigmática, como exemplo de ativismo feminista «glocal». Avançando no debate sobre como *posts* individuais ganham um sentido maior quando inseridos num contexto, os autores partem da concepção de ação conectiva como ferramenta analítica para investigar a intrincada teia de partilhas e interações *online* realizada no Twitter. Seja abraçando o *hashtag*, seja, por vezes, contestando-o, o movimento #MeToo utiliza o

espaço digital enquanto uma esfera pública e palco de reivindicação e partilha. Os focos centrais deste capítulo são as características próprias que o movimento assume em Portugal, a influência dos meios de comunicação tradicionais na sua visibilidade e a não utilização do *hashtag* apesar da participação no debate. A partir de dados de um projeto de investigação em curso, o estudo reconhece as vozes críticas ao movimento e confirma conclusões anteriormente divulgadas, mas avança ao oferecer interpretações inéditas sobre a utilização do *hashtag* até ao final de 2022. Assim como no capítulo que o antecede, neste estudo é enfatizada a multiplicidade das vozes, neste caso as feministas, e o papel central do digital na formação, expressão e mobilização dessas vozes.

Retornando ao contexto brasileiro, o penúltimo capítulo desta obra, de Marina Magalhães, Sebastião Nascimento e Ana Beatriz de Melo, explora a literatura existente acerca dos conceitos de net-ativismo e cidadania digital, em torno da mobilização cívica dos povos indígenas. A partir de uma investigação sobre um coletivo jornalístico indígena, o estudo denominado «Net-ativismo indígena e cidadania digital na Amazônia: A Rede Wayuri de repórteres da floresta» evidencia a relação entre o ser humano e a técnica presente no exercício da cidadania digital, através de um exame minucioso da tensão entre a digitalização e a tradição. Esse texto enquadra-se nesta obra, a partir da discussão acerca da apropriação específica das ferramentas tecnológicas pelos indígenas, adicionando a experiência desse grupo específico à mobilização do digital como recurso facilitador da participação cívica. Trata-se da exploração do digital, portanto, enquanto meio de aquisição de visibilidade de grupos pequenos e tradicionalmente marginalizados. Este capítulo junta-se aos restantes na compreensão da atividade cívica *online* como múltipla, e do digital como ferramenta catalisadora de disseminação de causas e de mobilização.

Revisitando a ideia de que o próprio ambiente digital pode servir como uma causa para o ativismo, o último capítulo, de Mela Bettega, intitulado «A escala de bens comuns: Reflexões sobre a não neutralidade das ferramentas digitais utilizadas pelos ativistas e suas possíveis alternativas», investiga a forma como grupos ativistas desafiam e resistem às plataformas digitais marcadas pela lógica capitalista. O estudo dedica-se a compreender as práticas de *digital commons*, nas quais ativistas exploram e elaboram alternativas às plataformas digitais convencionais, resistindo à sua lógica mercantilista. Dando ênfase ao questionamento oposto por esses grupos à lógica intrínseca do digital, este capítulo dialoga diretamente com o primeiro, no qual as lógicas algorítmicas e de «plataformização» da vida cívica foram colocadas em questão. Baseando-se num projeto

anterior, a autora evidencia como foi possível auxiliar ativistas ambientais na Madeira a encontrar e desenvolver soluções digitais próprias que se alinhassem com seus valores, em contrapartida às ferramentas já existentes. Enquanto os capítulos anteriores observam a utilização de ferramentas consolidadas, como YouTube, Twitter e Facebook, por diversos grupos em regiões lusófonas, este propõe uma discussão sobre a criação de alternativas potenciais, valendo-se de uma escala ordinal de bens comuns (*commons gradient*). Assim, proporciona uma perspectiva ampla e complementar sobre o ativismo digital e suas potencialidades, diante das dinâmicas inerentes às plataformas digitais.

Este livro pretende, assim, ser um contributo para a discussão da intrincada relação entre ativismo, participação e cidadania. A vastidão e complexidades destes termos — e dos conceitos que encerram — impede-nos de dar conta de forma exaustiva das diversas linhas de debate possíveis. Em vez disso, propusemos uma discussão com um enfoque específico, ilustrando o debate com diferentes estudos de caso. Cada capítulo explora distintos aspetos e dimensões do problema, que decorrem da sua própria especificidade, sendo, contudo, possível encontrar afinidades entre eles, não apenas ao nível dos problemas e das questões teóricas que levantam, mas também ao da aproximação entre temas ou preocupações subjacentes a cada capítulo. Por combinar uma ótica específica e apresentar vários estudos de caso originais, julgamos que o presente livro constitui um contributo relevante para o debate sobre meios digitais enquanto recursos e contextos onde ocorrem — ou que servem de intermediários de — múltiplas práticas de participação e ativismo, através das quais se torna possível reinventar a própria cidadania na esfera pública. Esta introdução serviu, por isso, o propósito de sintetizar ideias e argumentos centrais desta obra, fazendo o convite ao leitor interessado nas várias facetas do tema proposto a explorar os capítulos que se seguem.

Referências

- Alonso, A. (2017). A política das ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos* (número especial, junho), 49–58. https://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Angela-Alonso_A-pol%C3%ADtica-das-ruas.pdf
- Balan, V., & Dumitrica, D. (2022). Technologies of last resort: The discursive construction of digital activism in *Wired* and *Time* magazine, 2010–2021. *New Media & Society*, 26(9), 5466–5485. <https://doi.org/10.1177/14614448221135886>

- Banaji, S., & Buckingham, D. (2013). *The civic Web: Young people, the Internet, and civic participation*. MIT Press.
- Barassi, V. (2015). *Activism on the Web: Everyday struggles against digital capitalism*. Routledge.
- Bennett, L. (2012). The personalization of politics: Political identity, social media, and changing patterns of participation. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 644(1), 20–39.
<https://doi.org/10.1177/0002716212451428>
- Bennett, L., & Segerberg, A. (2012). The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, 15(5), 739–768. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>
- boyd, d. (2014). *It's complicated: The social lives of networked teens*. Yale University Press.
- Cabral, M.V. (2014). *Dimensões da cidadania: A mobilização política em Portugal numa perspectiva comparada*. Edições Afrontamento.
- Campos, R., & Silva, D. (2024). Visibility, solidarity and empowerment via the Internet: A case study of young Portuguese activists. *Communications: The European Journal of Communication Research*, 49(2), 297–317.
<https://doi.org/10.1515/commun-2022-0019>
- Campos, R. & Simões, J. A. (2024). Digital artivisms: Creative practices, digital technologies and political participation among young Portuguese activists. *International Journal of Communication*, 18, 1851–1869.
<https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/20560/4543>
- Campos, R., Simões, J. A. & Pereira, I. (2018). Digital media, youth practices and representations of recent activism in Portugal. *Communications: The European Journal of Communication Research*, 43(4). 489–507.
<https://doi.org/10.1515/commun-2018-0009>
- Cardoso, D., & Ponte, C. (2017). Género, sexualidade e ativismo online: Um olhar interseccional para o papel da participação cívica na Internet por jovens portugueses. *Ex aequo*, (35), 49–64. <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/genero-sexualidade-e-ativismo-online-um-olhar-interseccional-para-o-papel-da-participacao-civica-na-Internet-por-jovens-portugues>

- Castells, M. (2012). *Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet Age*. Polity.
- Chadwick, A. (2017). *The hybrid media system: Politics and power* (2^a ed.). Oxford University Press.
- Cho, A., Pelter, B., & Pelter, Z. (2020). *Digital civic engagement by young people: Rapid analysis*. UNICEF Offices of Global Insight and Policy.
<https://www.unicef.org/innocenti/reports/digital-civic-engagement-young-people>
- Collin, P. (2015). *Young citizens and political participation in a digital society: Addressing the democratic disconnect*. Palgrave Macmillan.
- Dahlgren, P. (Ed.) (2007). *Young citizens and new media: Learning for democratic participation*. Routledge.
- Dahlgren, P. (2013). *The political Web: Media, participation and alternative democracy*. Palgrave Macmillan.
- Earl, J. and Kimport, K. (2009). Movement societies and digital protest: Fan activism and other nonpolitical protest online. *Sociological Theory*, 27(3), 220–243.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-9558.2009.01346.x>
- Ekman, M. (2014). The dark side of online activism: Swedish right-wing extremist video activism on YouTube. *MedieKultur*, 30 (56), 79–99.
<https://doi.org/10.7146/mediekultur.v30i56.8967>
- Enli, G. S., & Skogerbø, E. (2013). Personalized campaigns in party-centred politics: Twitter and Facebook as arenas for political communication. *Information, Communication & Society*, 16(5), 757–774.
<https://doi.org/10.1080/1369118X.2013.782330>
- Freelon, D., Marwick, A. E., & Kreiss, D. (2020). False equivalencies: Online activism from left to right. *Science*, 369 (6508), 1197–1201.
<https://doi.org/10.1126/science.abb2428>
- Gagnon, J.-P. (2017). Democracy in crisis: Are young people to blame? In M. Chou, J.-P. Gagnon, C. Hartung & L. J. Pruitt (Eds.), *Young people, citizenship and political participation: Combating civic deficit?* (pp. 31–54). Rowman & Littlefield.
- Gillespie, T. (2018). *Custodians of the Internet: Platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media*. Yale University Press.
- Isin, E. F. (2008). Theorizing acts of citizenship. In E. F. Isin & G. M. Nielsen (Eds.), *Acts of citizenship* (pp. 15–43). Zed Books.

- Isin, E. F. (2009). Citizenship in flux: The figure of the activist citizen. *Subjectivity*, 29(1), 367–388. <https://doi.org/10.1057/sub.2009.25>
- Isin, E. F., & Ruppert, E. (2015). *Being digital citizens*. Rowman & Littlefield International.
- Jenkins, H., Ford, S., & Green, J. (2013). *Spreadable media: Creating value and meaning in a networked culture*. NYU Press.
<http://www.jstor.org/stable/j.ctt9qfk6w>
- Lamartine, C., & Cerqueira, C. (2022). «Caladas nos querem, rebeldes nos terão»: Ciberfeminismo e interseccionalidade na construção híbrida do movimento 8M em Portugal. *Observatorio (OBS*)*, 16(Special Issue).
<https://doi.org/10.15847/obsOBS16Special Issue20222292>
- Loader, B. D. (Ed.). (2007). *Young citizens in the Digital Age: Political engagement, young people and new media*. Routledge.
- Loader, B. D., Vromen, A., & Xenos, M. (2014). The networked young citizen: Social media, political participation and civic engagement. *Information, Communication & Society* 17(2): 143–50.
<https://doi.org/10.1080/1369118X.2013.871571>
- Luvizotto, C. K. (2016). Citizenship, activism and participation on the Internet: Brazilian experiences. *Comunicação e Sociedade*, 30, 313–327.
[https://doi.org/10.17231/comsoc.30\(2016\).2500](https://doi.org/10.17231/comsoc.30(2016).2500)
- Magalhães, M., Marôpo, L., & Amaral, I. (2018). Ativismo feminista no Facebook: Uma análise comparada das páginas Não me Kahlo (Brasil) e Capazes (Portugal). *Mediapolis*, (7), 31–46. https://doi.org/10.14195/2183-6019_7_2
- Malafaia, C., & Meriluoto, T. (2022). Making a deal with the Devil? Portuguese and Finnish activists' everyday negotiations on the value of social media. *Social Movement Studies*, 23(2), 190–206.
<https://doi.org/10.1080/14742837.2022.2070737>
- Mendes, M. S. (2017). Brazil's popular awakening – June 2013: Accounting for the onset of a new cycle of contention. In D. Della Porta (Ed.), *Global diffusion of protest: Riding the protest wave in the neoliberal crisis* (pp. 59-84). Amsterdam University Press.
- Milan, S. (2013). *Social movements and their technologies: Wiring social change*. Palgrave Macmillan.

- Neumayer, C., Mortensen, M., & Poell, T. (2018). Introduction: Social media materialities and protest. In C. Neumayer, M. Mortensen & T. Powell (Eds.), *Social media materialities and protest: Critical reflections* (pp. 1–14). Routledge.
- Nubila, K., Ballesteros-Herencia, C., Etura, D., & Martín-Jiménez, V. (2023). Technopopulism and politainment in Brazil: Bolsonaro government's weekly YouTube broadcasts. *Media and Communication*, 11(2), 137–147.
<https://doi.org/10.17645/mac.v11i2.6470>
- Oliveira, W. J. F. (2021). Mídias sociais digitais, participação política e protestos anticorrupção. *Estudos de Sociologia*, 26(50), 277–299.
<https://doi.org/10.52780/res.14759>
- Ozkula, S. M. (2021). What is digital activism anyway? Social constructions of the «digital» in contemporary activism. *Journal of Digital Social Research*, 3(3), 60–84. <https://doi.org/10.33621/jdsr.v3i3.44>
- Paatelainen, L., Kannasto, E., & Isotalus, P. (2022). Functions of hybrid media: How parties and their leaders use traditional media in their social media campaign communication. *Frontiers in Communication*, 6, 817285.
<https://doi.org/10.3389/fcomm.2021.817285>
- Penney, J., & Dadas, C. (2014). (Re)tweeting in the service of protest: Digital composition and circulation in the Occupy Wall Street movement. *New Media & Society*, 16(1), 74–90. <https://doi.org/10.1177/1461444813479593>
- Pickard, S. (2019). *Politics, protest and young people: Political participation and dissent in 21st century Britain*. Palgrave Macmillan.
- Pitti, I. (2018). *Youth and unconventional political engagement*. Palgrave Macmillan.
- Postill, J. (2014). Freedom technologists and the new protest movements: A theory of protest formulas. *Convergence*, 20(4), 402–418.
<https://doi.org/10.1177/1354856514541350>
- Purdy, S. (2019). Brazil's June Days of 2013: Mass protest, class, and the left. *Latin American Perspectives*, 46(4), 15–36.
<https://doi.org/10.1177/0094582X17699905>
- Recuero, R., Zago, G., Bastos, M. T., & Araújo, R. (2015). Hashtags functions in the protests across Brazil. *Sage Open*, (April-June).
<https://doi.org/10.1177/2158244015586000>

- Santos, R. M., Cioccarl, D., & Moraes, T. P. B. (2020). O clã Bolsonaro e o Twitter: Comunicação política e influência na rede social. *Mediapolis*, (10), 65–81.
https://doi.org/10.14195/2183-6019_10_5
- Sarrouy, A. D., Simões, J. A. V., & Campos, R. (2022). *A arte de construir cidadania: Juventude, práticas criativas e ativismo*. Tinta da China.
- Schäfer, C. (2021). Indifferent and Eurosceptic: The motivations of EU-only abstainers in the 2019 European Parliament election. *Politics*, 41(4), 522–536.
<https://doi.org/10.1177/0263395720981359>
- Schulte-Cloos, J., & Leininger, A. (2022). Electoral participation, political disaffection, and the rise of the populist radical right. *Party Politics*, 28(3), 431–443.
<https://doi.org/10.1177/1354068820985186>
- Simões, J. A., & Campos, R. (2016). Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 13(38), 130–150.
<https://doi.org/10.18568/cmc.v13i38.1159>
- Simões, J. A., & Campos, R. (2020). Digital media, youth and the new grammars of activism in Portugal. In R. Carmo & J. Simões (Eds.), *Protest, youth and precariousness* (pp. 163–186). Berghahn Books.
- Soares, R., Ferreira, P., & Malafaia, C. (2021). Perfis de envolvimento cívico e político juvenil nas redes sociais: Explorando atitudes e comportamentos. *Configurações*, (27), 39–55. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.11850>
- Soep, E. (2014). *Participatory politics: Next-generation tactics to remake public spheres*. MIT Press.
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. Polity.
- Theocharis, Y., & van Deth, J. W. (2018). The continuous expansion of citizen participation: A new taxonomy. *European Political Science Review*, 10(1), 139–163. <https://doi.org/10.1017/S1755773916000230>
- Treré, E. (2019). *Hybrid media activism. Ecologies, imaginaries, algorithms*. Routledge.
- Tufekci, Z. (2017). *Twitter and tear gas: The power and fragility of networked protest*. Yale University Press.
- van Deth, J. (2014). A conceptual map of political participation. *Acta Politica*, 49(3), 349–367. <https://doi.org/10.1057/ap.2014.6>
- Van Laer, J., & Van Aelst, P. (2010). Internet and social movement action repertoires. *Information, Communication & Society*, 13(8), 1146–1171.
<https://doi.org/10.1080/13691181003628307>

- Zimmerman, A. (2016). Transmedia testimonio: Examining undocumented youth's political activism in the Digital Age. *International Journal of Communication*, 10, 1886–1906. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/3230>
- Zuboff, S. (2019). *The Age of Surveillance Capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. Profile Books.

Esta é a versão aceite para publicação da introdução da obra ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA DIGITAL, a ser editada pelo CICS.NOVA –Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em parceria com a Edições Húmus. <https://www.cics.nova.fesh.unl.pt/edicoes/colecao-diagnostics-perspetivas>.